

Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de Lei nº 15/85

Autoria do Senhor Prefeito Municipal

Dispõe sobre

Autoriza a celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social, para a construção de Núcleo de Promoção Social, no Município de Votorantim e dá ou tras providências.



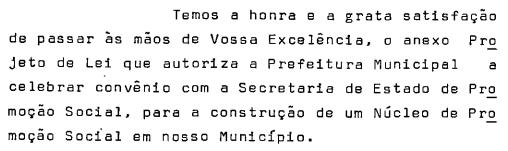
«CAPITAL DO CIMENTO» Estado de São Paulo

Of.nº.167/85-C.M.



Votorantim, 21 de junho de 1.985.

Senhor Presidente:



O referido Núcleo será construído em terreno de propriedade do Município, numa área de 2.958.00 metros quadrados, contida em porção maior havida em decorrência de desapropriação, em cuja posse fora a Prefeitura imitida.

Por força do convênio, o Estado re passará ao Município, a importância de 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros) conforme preceitua o Artigo 6º do Projeto, ensejando-se assim, os recur sos financeiros indispensáveis à construção do Núcleo, cuja finalidade primordial será o planejamen to em âmbito municipal de critérios e métodos de ação para o atendimento do menor carente, de zero a dezoito anos de idade, tendo em vista as atividades de orientação educacional e pedagógica; suplementação alimentar; orientação para a saúde e iniciação ao trabalho.

Acompanham o presente e ficam <u>fa</u> zendo parte integrante do Projeto, uma cópia da pl<u>an</u> ta do terreno e outra da minuta do Convênio.



«CAPITAL DO CIMENTO» Estado de São Paulo

.2.

Tendo em vista o interesse social de que se reveste o assunto, estamos certos de que o Projeto merecerá o beneplácito dos nobres edís que integram essa Egrégia Casa de Leis.

Face a urgência que envolve a mat \underline{e} ria, solicitamos seja a mesma apreciada e processada nos têrmos do § 1º, do Artigo 26 da Lei Orgânica dos Municípios.

Sendo o que se nos oferece, prevale cemo-nos do ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

ERINALDO ALVES DA SILVA Prefeito Municipal

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador NEWTON VIEIRA SOARES
DD. Presidente da
Câmara Municipal de
VOTORANTIM.



«CAPITAL DO CIMENTO»
Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 15 /85

Autoriza a celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social, para a construção de Núcleo de Promoção Social, no Município de Votorantim e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, ERINALDO ALVES DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Votorantim, autorizada a cele brar convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social do Estado de São Paulo, para a construção e instalação no Município, de um Núcleo de Promoção Social, com a finalidade de desenvolver o Programa de Atuação Comunitária, através do estabelecimento de cooperação técnica e financeira.

Art. 2º - O Núcleo de que trata o Artigo anterior será construído em próprio municipal, cujo terreno, sem benfeitorias, pos suí a seguinte descrição perimétrica:
"Terreno de formato retangular, situado a 67,00 m.l. distante do eixo da Rua Izaac Mendes, localizado com frente para uma rua projetada, onde mede 40,00 m.l., com igual medida nos fundos, onde confronta com a Família Vial; do lado direito de quem da Rua Projetada' olha, mede 72,90 m.l. e confronta com área da Prefeitura Municipal de Votorantim; pelo lado esquerdo de



«CAPITAL DO CIMENTO» Estado de São Paulo

.2.



quem da Rua Projetada olha, mede 75,00 m.l. e confronta com a Família Vial, fechando o perímetro e perfazendo uma área de 2.958,00 metros quadrados."

Art. 3º - O Núcleo destina-se exclusivamente ao atendimento da popul<u>a</u>
ção carente em faixa etária própria, da família e da
comunidade, para desenvolvimento de:

a) Programas da Secretaria de Estado da Promoção Social e da Prefeitura Municipal;
b) Programas públicos e privados e atividades de interesse da comunidade, referentes aos setores da Promoção Social, Saúde, Nutrição, Iniciação ao Trabalho e Recreação.

Art. 4º - Fica ainda o Poder Executivo 'autorizado a firmar Têrmo Aditivo, se necessário, para complementação do Convênio a que se refere a presente Lei.

Art. 5º - Na hipótese de vir a ser o Νú cleo utilizado em qualquer оu tra finalidade, que não as fixadas no Artigo 3º e Convênio a ser firmado entre as partes, fica desde já, conferida ao Prefeito Municipal, a capacidade de gra var o bem imóvel e a respectiva edificação com a C.O N dição de cláusula resolutiva da propriedade, que se operará de pleno direito, uma vez edificada, transferindo-se a propriedade plena do imóvel à Fazenda Ρú blica Estadual, com destinação preferencial para Secretaria de Estado da Promoção Social.

Art. 6° - Para fazer face as despesas de correntes desta Lei, fica autorizada a abertura na Contabilidade Municipal de um



«CAPITAL DO CIMENTO» Estado de São Paulo

.3.

crédito especial até o valor de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros) a ser coberto com recursos oriundos do repasse financeiro a ser efetuado com fundamento no Convênio previsto nesta Lei.

Art. 7º - As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas em Orçamento.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 21 de junho de 1.985 - XXI ANO DA EMANCIPAÇÃO.

ERINALDOVALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

P. M. VOTORANTIM - Mod. 48 - A

A Consultata diantica e Comiscose S. SOSE E BOS. 2 de Junto de 19 95

Menton Vierro Soons

PRESIDENTE 1 COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO ecebido em Devolvido em Presidente_ A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS Recebido em_ Devolvido em_ **APROVADO**

8. Sessoes Il de Junho de 1988

Menton Viene Toares

PRESIDENTE



MINUTA

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secreta ria de Estado da Promoção Social, e a Prefeitura Municipal de , visando a construção de Núcleo de Promoção Social para o desenvolvimento do Programa de Atuação Comunitária, mediante o estabe lecimento de cooperação técnica e financei ra.

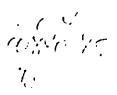
dias do mês de Aos , do ano de 1 985, de um lado o Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado da Promoção Social, doravante denominada "Secretaria", neste ato representada por seu titular, Senhor Carlos Alfredo de Sou za Queiroz, devidamente autorizado pelo Senhor Governador, nos termos do Decreto Nº de e, de outro, a Prefeitura Municipal de doravante denominada "Prefeitura", representada pelo Prefeito Municipal, Senhor , autorizado pela Lei Municipal Nº , é firmado o presente Convênio, a ser regulado pelas cláusulas e condições tes:

CLÁUSULA I

Objetivo - O presente Convênio tem por objetivo dotar a Prefeitura de condições para a construção, em terreno de sua propriedade, de um Núcleo de Promoção Social, com a finalidade de desenvolver o Programa de Atuação Comunitária, através do estabelecimento de cooperação técnica e financeira, com o que se rão promovidos:

 o planejamento, em âmbito municipal, de critérios e metodo logia de ação para o atendimento do menor de 0 a 18 anos, da família e da comunidade, conforme a Programação Básica formulada pela Secretaria de Estado da Promoção Social;





Fls. "2"

2. a integração dos recursos da Secretaria e da Prefeitura.

CLAUSULA 11

Obrigações dos Convenentes - A Secretaria e a Prefeitura assumem as seguintes obrigações:

II-1. Obrigações Comuns

Acordam fazer cumprir o Programa de Atuação Comunitária, segundo os-critérios da Programação Básica formulada pe la Secretaria, tendo em vista as atividades:

- de orientação educacional e pedagógica;
- de suplementação alimentar;
- de orientação para a saúde;
- de iniciação ao trabalho.

II-2. Obrigações da Secretária

Compete à Secretaria; pela sua Coordenadoria de Ação Regional:

- promover a dotação, no orçamento vigente, dos recur sos necessários para fazer face à despesa decorrente deste Convênio;
- destinar, em uma única parcela, averba para execução deste Convênio;
- fornecer o projeto executivo arquitetônico e a Programação Básica, que farão parte integrante deste instrumento;
- 4. acompanhar, diretamente, ou através de Órgãos especializados do Estado, as etapas de construção do Núcoleo de Promoção Social, consoante o cronograma físico-financeiro apresentado;
- 5. assessorar tecnicamente, supervisionar e adequar os critérios da Programação Básica, de acordo com as peculiaridades do Município;
- 6. colaborar com a Prefeitura para, juntamente com ou tros organismos ou instituições, articular a implementação de medidas indicadas pela Programação Básica.



1. Va :

Fls. "3"

II-3. Obrigações da Prefeitura

Compete à Prefeitura:

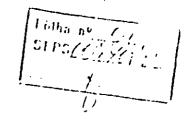
- 1. iniciar as obras de construção do Núcleo de Promoção Social até 30 (trinta) dias após a publicação do ex trato deste Convênio no Diário Oficial do Estado, e concluí-las de acordo com o cronograma físico, no pra zo de 4 (quatro) meses;
- aplicar no âmbito de suas atribuições aqui ajustadas, os recursos estaduais alocados à disposição deste Con vênio, de forma a atender os critérios da Programação Básica da Secretaria;
- 3. criar instrumentos legais e regulamentares, no âmbito do município, para viabilizar a execução do Progra ma de Atuação Comunitária;
- 4. promover a dotação, em seu orçamento, dos recursos necessários à manutenção de pessoal para funcionamento do Núcleo de Promoção Social;
- 5. propiciar a colaboração dos órgãos municipais com os serviços de atendimento ao menor, à família e à comu nidade;
- 6. incumbe à Prefeitura, se necessário, completar com recursos próprios a obra segundo o previsto no memo rial descritivo.

CLAUSULA III

Do Valor - É atribuído ao presente Convênio o valor único de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros).

No orçamento do Estado, onerará os recursos consignados na Funcional Programática 15.81.487.1.075 - Construção, Reformas e Ampliação de Equipamentos Sociais, Subelemento 4.3.2.3. - Outras Transferências a Municípios, Unidade de Despesa 11.02.01-Administração da Coordenadoria de Ação Regional.





Fls. "4"

CLAUSULA IV

Do Crédito - A importância referida na cláusula anterior será entregue à Prefeitura, mediante crédito a seu favor, em conta especial, no Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA, na - Agência do Município de

CLÁUSULA V

Da Prestação de Contas - A Prefeitura apresentará, diretamente à Secretaria, demonstração das despesas decorrentes dos recursos recebidos, sem prejuízo da obrigatória comprovação anual da aplicação do numerário, a ser feita ao Tribunal de Contas do Estado, na forma das instruções por este editadas.

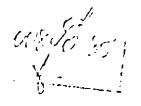
CLÁUSULA VI

Do Inadimplemento - O inadimplemento das obrigações constantes deste Convênio autorizará a sua denúncia por qualquer dos convenentes. O inadimplemento, por parte da Prefeitura, a obriga a devolver à Fazenda Estadual a totalidade da verba recebida, com correção monetária e juros de 1% ao mês, sem prejuízo da indenização correspondente aos danos que eventualmente venha a ocasionar.

CLAUSULA VII

Disposições Finais - O presente Convênio vigorará pelo prazo - de Ol (hum) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido, a qualquer tempo, por mútuo consentimento dos convenentes, ou alterados de comum acordo, mediante lavratura de termo aditivo, observados, sempre, os objetivos e limitações ora ajustados.





Fls. "5"

CLAUSULA VIII

Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir eventuais dúvidas relativas ao presente instrumento.

CARLOS ALFREDO DE SOUZA QUEIROZ Secretário de Estado da Promoção Social

Prefeito Municipal

TESTEMUN	HAS:	
1		
2.		

